



Apresentação

O Informativo da Auditoria Interna do IFPE tem como objetivo disseminar normativos, julgados, artigos, relatórios de auditoria e outros materiais relevantes voltados a servidores e gestores públicos. Essa iniciativa atua como instrumento de assessoramento preventivo, favorecendo a adoção de medidas internas que contribuam para uma gestão mais proativa, eficiente e alinhada às boas práticas da administração pública.

Convidamos todos os interessados a acompanhar de perto essas publicações, que estarão disponíveis no site da Auditoria Interna do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias/informativos-da-auditoria/>).

Notícias e Indicações de Leituras

TCU avalia sistemas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, na sessão plenária, os sistemas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais. A Auditoria avaliou os sistemas e as práticas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais. O trabalho foi realizado após aumento de 44,8% no número de processos julgados na justiça sobre assédio sexual, entre 2021 e 2023. Sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, a fiscalização abrangeu as 69 universidades federais e constatou que aproximadamente 60% delas não possuem uma política institucionalizada ou um plano setorial de prevenção e combate ao assédio. A auditoria buscou incentivar a implementação de políticas e práticas eficazes de prevenção e combate ao assédio, contribuindo para a criação de ambiente universitário mais seguro e respeitoso para o cidadão.

Disponível: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-sistemas-de-prevencao-e-combate-ao-assedio-nas-universidades-federais>



TCU analisa ações do governo frente aos impactos das apostas on-line na saúde mental

Setor movimenta até R\$ 130 bilhões em 2024 e preocupa autoridades de saúde pública

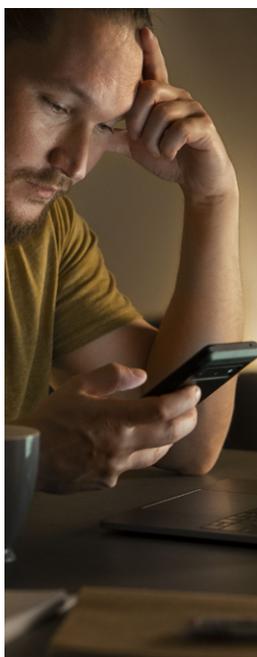
O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou um levantamento sobre os impactos das apostas on-line ("bets") na saúde mental da população brasileira e avaliou as ações do Ministério da Saúde no enfrentamento desse problema. Com uma movimentação financeira estimada em R\$ 130 bilhões em 2024, o crescimento desse setor tem gerado aumento nos casos de ludopatia (transtorno do jogo), afetando inclusive famílias de baixa renda e beneficiários do Bolsa Família.

O estudo revelou deficiências na atuação do governo, como falta de articulação entre áreas, ausência de indicadores específicos, carência de profissionais capacitados na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e fragilidade das campanhas de prevenção e conscientização. Também foram identificadas falhas na proteção de públicos vulneráveis, como crianças

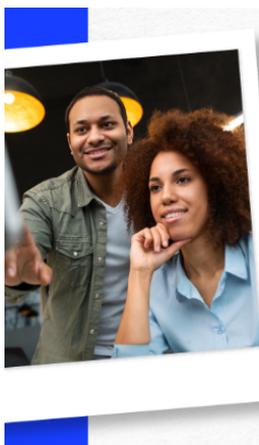
e adolescentes, e no enfrentamento do forte apelo publicitário das empresas de apostas.

O TCU concluiu, através do Acórdão 1173/2025 – TCU – Plenário, que as ações governamentais, tanto regulatórias quanto de saúde, precisam ser fortalecidas, com especial atenção à implementação de um plano de ação eficaz por parte do Ministério da Saúde, incluindo prevenção, detecção precoce e tratamento adequado dos casos de dependência em apostas.

Disponível: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/apostas-on-line-tcu-avalia-acoes-de-prevencao-do-governo>



A pesquisa Vozes do Serviço Público alcança 55 mil respostas



A Pesquisa Vozes do Serviço Público Federal, realizada entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, contou com a participação de cerca de 55 mil servidores públicos federais. Desenvolvida em parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a pesquisa teve como objetivo subsidiar a tomada de decisão estratégica, o desenvolvimento de pessoas e a efetividade da gestão de pessoas na administração pública. Por meio do aplicativo SouGov.br, os servidores avaliaram aspectos como desenvolvimento de carreira, oportunidades profissionais, relacionamento com colegas, liderança e desempenho. O levantamento permite ao Brasil comparar-se com outros países da América Latina e da OCDE, analisando fatores como capacidade e

autonomia burocrática. Além de oferecer insumos para melhorar o ambiente de trabalho e as condições laborais dos servidores, a pesquisa também contribuiu para o aprimoramento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), auxiliando na definição de estratégias para elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Disponível: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/pesquisa-vozes-do-servico-publico-alcanca-55-mil-respostas>

CGU - lançou o Calendário de Equidade, Diversidade e Inclusão 2025.



A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou o Calendário de Equidade, Diversidade e Inclusão 2025, uma iniciativa desenvolvida no âmbito do Comitê de Equidade, Diversidade e Inclusão da CGU (CEDIN). A publicação reúne datas relevantes sobre direitos humanos, com o objetivo de sensibilizar e fomentar a conscientização e o engajamento nas agências de diversidade, equidade e inclusão. O calendário destaca marcos importantes na luta por direitos, abordando temas como equidade de gênero e raça, inclusão de pessoas com deficiência, diversidade religiosa, cultural e geracional, direitos da população LGBTQIA+, entre outras pautas essenciais para a promoção de um ambiente institucional mais plural, diverso e igualitário. A publicação servirá como referência institucional para a realização de campanhas, eventos e ações educativas ao longo do ano, reforçando o compromisso da CGU com a promoção da equidade, diversidade e inclusão no setor público. Além disso, o calendário será revisado anualmente para a inclusão de novas datas e temas relevantes.

Disponível: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/cgu-lanca-calendario-de-equidade-diversidade-e-inclusao>



Presidente da Comissão de Ética Pública do Governo Federal (CEP) destaca responsabilidade de servidores nas redes sociais

Durante o Seminário Integridade Institucional: Governança, Ética e Prevenção ao Assédio, promovido pelo Instituto Federal Catarinense (IFC), o presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Manoel Caetano Ferreira Filho, destacou a responsabilidade ética dos servidores públicos no uso das redes sociais. Em sua palestra, realizada em 28 de maio, abordou os desafios que envolvem a liberdade de expressão e os limites da conduta ética no ambiente virtual, ressaltando que a função pública está integrada à vida particular dos agentes públicos.

Caetano defendeu a criação de códigos de conduta específicos para orientar o uso institucional e pessoal das redes sociais, alertando que manifestações individuais podem impactar a imagem da administração pública. Citou casos concretos analisados pela CEP que resultaram em censura ética, e reforçou que a liberdade de expressão não exime o servidor do dever de respeito aos princípios da integridade e do decoro.

O evento também contou com palestras sobre governança, prevenção ao assédio moral e sexual, e a atuação da corregedoria, com participação de representantes da Controladoria-Geral da União (CGU).

Disponível: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca-etica-publica/noticias/noticias-2025/presidente-da-cep-destaca-responsabilidade-de-servidores-nas-redes-sociais-em-seminario-promovido-pelo-ifc>

FONTES

Portal TCU - Pesquisa Integrada
- <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias> ;
- <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias> ;
- <https://www.enap.gov.br/pt>

Portal CGU - <https://repositorio.cgu.gov.br/> ; e
<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca-etica-publica/noticias>

CONTATOS

Titular da Unidade de Auditoria Interna do IFPE: David Lima Vilela
E-mail: audi@reitoria.ifpe.edu.br | Fone: (81) 2125.1647
Horário de atendimento: Sala A-27- 8h às 12h e das 13h às 17h